

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL N° 043

Período: de 27/07/02 a 02/08/02

Franca – Brasil

- 1 - Ajuste trava lei do abate
- 2 – Vencedora da concorrência para o fornecimento de equipamentos para o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) foi favorecida no governo militar
- 3 - Governo quer usar recrutas contra as drogas
- 4 - Exército se defende do crime organizado no Rio de Janeiro
- 5- Brasil e Cuba recebem oferta israelense de rede de camuflagem
- 6 – Aeronáutica pretende investir cerca de US\$ 145 milhões em equipamentos
- 7 - Protesto em São Paulo contra acordo com os EUA para uso da base de Alcântara
- 8 - Avião de espionagem dos Estados Unidos preocupa autoridades brasileiras
- 9 – Ministério Público pede anulação do júri de Eldorado do Carajás
- 10 - Brasil ajudará a formar Exército no Timor Leste
- 11 – Falta de verba ameaça missão especial no Espírito Santo
- 12 - Falta de verbas causa dispensa de 44 mil recrutas das Forças Armadas e aposento de porta-aviões da Marinha
- 13 - Exército sofre mudança na cúpula
- 14 - Defesa vai definir compra e leasing de caças

Ajuste trava lei do abate

A Casa Civil da Presidência da República anunciou que vai regulamentar a permissão para que aeronaves ilegais sejam derrubadas pela Força Aérea Brasileira (FAB). A idéia era que o Presidente Fernando Henrique Cardoso apresentasse a regulamentação na inauguração, apesar de ainda incompleto, do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam); porém, o ministro-chefe da Casa Civil, Pedro Parente, alegou a necessidade de “ajustes de redação” antes de ser baixado o decreto que regulamenta o abate dos aviões. Esses ajustes, no entanto, estão relacionados com divergências entre os ministérios da Justiça e Defesa sobre os procedimentos que devem ser adotados antes de uma aeronave ilegal ser interceptada pela FAB. A Casa Civil acredita que a regulamentação será concluída “nos próximos dias ou semanas”. A permissão para o abate dos aviões foi incluída no Código Brasileiro da Aeronáutica em 1998, com a aprovação do projeto pelo Congresso Nacional. Sem a regulamentação, os caças da FAB só podem seguir e tentar forçar o pouso de uma aeronave invasora, mas não podem destruí-la. A regulamentação tratará de assegurar algumas salvaguardas para os abates como, por exemplo, garantir que os pilotos da FAB utilizarão todos os meios legalmente previstos para a identificação da aeronave irregular. Além disso, para evitar problemas judiciais, deve constar a exigência de que seja filmado o processo de aproximação e derrubada dos aviões ilegais, além da gravação da conversa entre os pilotos da FAB e das aeronaves perseguidas. O abate, porém, só poderá ocorrer dentro do espaço aéreo brasileiro, para evitar conflitos militares com países que fazem fronteira com o Brasil. (Jornal do Brasil – Brasil – 27/07/02)

Vencedora da concorrência para o fornecimento de equipamentos para o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) foi favorecida no governo militar

A disputa entre fornecedores americanos e franceses pelo sistema de controle de tráfego aéreo no Brasil já dura três décadas. A inauguração do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) na semana passada foi marcada pelas denúncias de espionagem por parte do governo americano e de uma suposta ajuda de um militar brasileiro garantiram à empresa norte-americana Raytheon a execução do Sivam, orçado em UR\$ 1,4 bilhão. Sua principal concorrente foi a francesa Thomson-CSA. Coincidentemente, na década de 70, a Raytheon e o governo francês disputaram um contrato com a Aeronáutica: em 1971, às vésperas da visita do então presidente do Brasil Emílio Garrastazu Médici a Washington, Willian Anders (um ex-astronauta integrante da missão Apollo 8 que trabalhava como assessor da Casa Branca), tentou convencer o presidente Richard Nixon a pressionar o governo brasileiro a contratar a Raytheon para instalar o Centro Integrado de Defesa e Controle de Tráfego Aéreo (Cindacta): Anders fez chegar às mãos do assessor de segurança nacional da Casa Branca, Henry Kissinger, um apelo para que Nixon pressionasse Médici a favor dos americanos. Anders informou à Casa Branca que os franceses pareciam levar vantagem na proposta até então, mas que a demissão do ministro da Aeronáutica, o marechal-de-ar Marcio de Sousa e Melo alterou esta conjuntura. Para Anders, o motivo da demissão foi uma “nuvem de desconfiança envolvendo suas relações com interesses franceses na venda do caça supersônico Mirage III”. Anders acreditava que os EUA venceriam, mas os franceses ganharam contato do Cindacta. (Folha de S.Paulo – 27/07/02)

Governo quer usar recrutas contra as drogas

A Secretaria Nacional Antidrogas (Senad) quer usar os 90 mil jovens que fazem serviço militar todos os anos no Exército para intensificar seu esforço de municipalização do combate antidrogas, como informou o próprio presidente da Senad, general da reserva Paulo Uchoa. Segundo ele, é sabido a oposição dos militares no engajamento de repressão ao narcotráfico, “missão que é notoriamente da Polícia”. Contudo, o general diz que pretende que esses jovens, ao deixar os quartéis e voltar às suas comunidades, estejam prontos para trabalhar na prevenção, tarefa a cargo dos conselhos municipais antidrogas, que estão sendo criados. (Jornal do Brasil – Brasil – 28/07/02)

Exército se defende do crime organizado no Rio de Janeiro

O Exército brasileiro está se vendo ameaçado pelo crime organizado no Rio de Janeiro, segundo demonstra o documento confidencial elaborado pelo Centro de Inteligência do Exército (CIE) e distribuído para todos os comandos militares do país, o que torna evidente a preocupação da Força com ataques às suas instalações. O documento lista 12 ataques a unidades do Exército entre 2000 e 2001, sendo quatro deles no Estado do Rio. O objetivo das ações criminosas é obter armas e munição e, muitas vezes contam com a participação de militares da ativa ou ex-militares. O aumento dos ataques está relacionado ao crescimento da criminalidade e da repressão policial. Esses ataques costumam seguir um padrão, utilizando a surpresa como principal fator de sucesso e, freqüentemente conta com falhas na segurança, comprometendo a imagem da instituição. Diante disso, o Exército decidiu atualizar seu Plano de Defesa de Aquartelamento, conjunto de medidas para proteger as unidades de ataques

externos. O Plano, contido em relatório do CIE, prevê a coordenação de serviços de escala com as unidades vizinhas ou próximas da Marinha, Aeronáutica, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros e traça sete diretrizes básicas que devem ser seguidas para a efetiva reação a um eventual ataque. De acordo com o documento, as ameaças devem ser reprimidas com contra-ataques agressivos e até mesmo algumas medidas drásticas podem ser adotadas, como o levantamento dos antecedentes criminais de civis que visitem os quartéis, pois esses civis poderiam servir de espiões para os traficantes, informando sobre a localização da guarda e do paiol de armas. (Jornal do Brasil – Rio – 28/07/02; Correio Braziliense – Brasil – 28/07/02)

Brasil e Cuba recebem oferta israelense de rede de camuflagem

Um grupo de ex-funcionários da indústria aeronáutica de Israel organiza a oferta a militares do Terceiro Mundo de uma das principais novidades do arsenal israelense: uma rede de camuflagem que oculta instalações e equipamentos militares, tornando-os praticamente invisíveis aos radares. O primeiro esforço de venda será feito a partir do Brasil e de Cuba. A rede, batizada de MSCN, só é fabricada por duas empresas, uma na Suécia e outra em Israel. Na indústria bélica israelense, quem a produz é a Fibrotex. A MSCN fornece mais de 90% de proteção contra detectores embarcados em aeronaves que buscam alvos em terra. O material foi desenvolvido para camuflar prédios militares, veículos e aeronaves israelenses em terra contra eventual incursão da Força Aérea da Síria. Por isso é considerado de importância estratégica e de comercialização restrita a países amigos dos Estados Unidos, o que não é o caso de Cuba. Quanto ao Brasil, a modernização tecnológica das Forças Armadas também é vista com reservas por Washington. A oferta foi feita ao diretor de venda militares da Embraer, Eduardo Munhoz, e ao seu principal assistente, Robert Eduard Haynes, e também a Leandro Villar, gerente de vendas da Avibrás Aeroespacial, exportadora de foguetes militares. As duas empresas fornecem boa parte dos aviões e foguetes comprados pelas forças brasileiros. (Jornal do Brasil – Internacional – 28/07/02)

Aeronáutica pretende investir cerca de US\$ 145 milhões em equipamentos

Aeronáutica pretende investir cerca de US\$ 145 milhões na renovação e na atualização dos equipamentos de controle de voo. A medida que deve durar até 2004. Segundo a multinacional Thales (a mesma que perdeu a concorrência para a norte-americana Raytheon no projeto Sivam) que é a empresa responsável pela modernização dos equipamentos, após o trabalho, os radares ganharão mais dez anos de vida útil, aproximadamente. Os equipamentos que monitoram o espaço aéreo brasileiro, que é dividido em quatro grandes regiões, são datados dos anos 80 e 90, em sua maioria. Os mais modernos estão sendo instalados na Amazônia, no projeto Sivam. (Folha de S.Paulo – 29/07/02)

Protesto em São Paulo contra acordo com os EUA para uso da base de Alcântara

Diversas entidades, advogados e políticos lançaram nesta segunda-feira (29) em São Paulo um manifesto nacional contra a aprovação do acordo de salvaguardas tecnológicas assinado pelo Brasil com o governo dos Estados Unidos, para o uso da base de lançamento de foguetes de Alcântara (Estado

de Maranhão). O acordo prevê a cessão temporária da base para os americanos. De acordo com Maria Luisa Mendonça, diretora da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, uma das entidades envolvidas, tal instalação provocou o deslocamento de populações quilombolas da região e seu uso poderá transferir outras comunidades locais, pois, quando a base foi instalada, em 1980, uma área de 52 mil hectares foi desapropriada e 500 famílias, na maioria descendentes de quilombolas que viviam de pesca e agricultura de subsistência, foram removidas e está prevista a transferência imediata de mais 400 famílias por conta da ampliação das atividades da base, o que deverá ocorrer se o acordo com os Estados Unidos for aprovado. Além da preocupação com os impactos sociais da instalação, existe a preocupação com as consequências ambientais decorrentes desta, uma vez que a base está situada na Amazônia. A Rede Social entrou com um processo na Organização dos Estados Americanos (OEA) para impedir a confirmação do acordo com os EUA, baseado nos interesses dessa população que será transferida e da situação das pessoas que já foram removidas de suas terras. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA abriu oficialmente o processo e pediu ao governo do Brasil esclarecimentos, que já foram prestados. A Rede Social enviou uma réplica à resposta federal e os documentos estão sendo avaliados pela OEA. (O Estado de S.Paulo – Geral – 30/07/02)

Avião de espionagem dos Estados Unidos preocupa autoridades brasileiras

O avião norte-americano de espionagem E-3 Awacs, que atua na Amazônia, vem preocupando as autoridades dos serviços de inteligência do Brasil. Isto ocorre porque o avião é equipado com radares potentes que são capazes de captar quaisquer tipos de ondas de radar, sinais de rádio, pulsos codificados, além de fazer escutas de telecomunicação. O avião voa pelo menos três vezes por dia pela Colômbia, Peru e Bolívia, no intuito de caçar vôos clandestinos de narcotraficantes. (O Estado de S. Paulo – Nacional -31/07/02)

Ministério Público pede anulação do júri de Eldorado do Carajás

O promotor Marco Aurélio Nascimento, do Ministério Público do Pará, entrou hoje com um recurso de apelação contra a decisão do Conselho de Sentença, que condenou o tenente-coronel Mário Pantoja a 228 anos de prisão e o major José Maria de Oliveira a 158 anos, mas absolveu todos os policiais militares envolvidos no massacre de 19 trabalhadores sem-terra, em Eldorado do Carajás, em abril de 1996. Ele pediu a anulação do júri, que absolveu cerca de 160 policiais militares. Segundo o promotor, os jurados ignoraram as provas materiais, os depoimentos de testemunhas e dos próprios réus e laudos periciais. Para o Ministério Público, quando a execução é praticada por duas ou mais pessoas existe co-autoria e, nesse caso, não há necessidade do mesmo comportamento por parte de todos, podendo haver divisão quanto aos atos executivos. Nascimento acredita que o mesmo princípio deveria ser aplicado no julgamento do massacre de Eldorado do Carajás. (Correio - Brasil – 31/07/02)

Brasil ajudará a formar Exército no Timor Leste

O presidente do Timor leste, Xanana Gusmão, pediu nesta semana o apoio do Ministro da Defesa do Brasil, Geraldo Quintão, para a formação do Exército de seu país. Geraldo Quintão anunciou a vinda para o Brasil de soldados

timorenses que serão treinados nas academias militares brasileiras. Os timorenses pediram também que fosse enviado um oficial para inspecionar as Forças Armadas e outros para cuidarem das regras disciplinares. O Ministro afirmou que os militares que já estão no Timor Leste não podem prestar estes serviços, pois estão à disposição das Organizações das Nações Unidas (ONU), integrando uma força de paz e oferecendo segurança pessoal às autoridades do país. O Ministro Quintão, no entanto, diz que só poderá fazer aquilo que não exigir gastos, devido ao corte orçamentário sofrido pelas Forças Armadas brasileiras. (O Estado de S. Paulo – Nacional - 31/07/02)

Falta de verba ameaça missão especial no Espírito Santo

Os integrantes da missão especial formada para combater o crime organizado no Espírito Santo estão sem verba para pagarem suas despesas com alimentação e hospedagem. Esta missão especial foi formada após o arquivamento do pedido de intervenção federal no Estado que levou o então ministro Miguel Reale Júnior a deixar o governo. A falta de dinheiro não afeta apenas os agentes da missão especial. A Polícia Federal do Estado do Espírito Santo possui uma dívida de 500 mil reais relativa a gastos com combustível, luz e telefone. Para o presidente do sindicato, se o governo federal realmente quer combater o crime organizado, ele há de oferecer condições financeiras para isto. (Folha de S. Paulo- Brasil- 02/08/02)

Falta de verbas causa dispensa de 44 mil recrutas das Forças Armadas e aposento de porta-aviões da Marinha

Cerca de 44 mil recrutas foram dispensados nesta última quarta-feira pelas Forças Armadas, antes do período normal de seu serviço obrigatório. Isto ocorreu devido à falta de recursos do Ministério da Defesa, provocada pelos cortes orçamentários feitos neste ano pelo governo. A pressão militar fez o presidente Fernando Henrique Cardoso liberar emergencialmente 300 milhões de reais para as Forças Armadas, mas a verba não corresponde nem à metade do valor que foi solicitado. No tocante à Marinha, a crise financeira fez com que os recém-comprados porta aviões São Paulo, recebido da Marinha francesa há 18 anos, bem como os destróieres Paraíba e Pernambuco e o navio-faroleiro Barão de Teffé. A operação porta-aviões consome cerca de 100 milhões de reais por ano, o equivalente a um terço do que a Marinha recebeu em 2.001 de royalties de petróleo (Jornal do Brasil- Brasil- 02/08/02; O Estado de São Paulo – Nacional - 02/08/02)

Exército sofre mudança na cúpula

O comandante do Exército, general Gleuber Vieira, presidiu na última sexta-feira a solenidade de substituição do general Roberto Jugurtha Câmara Senna, pelo general de divisão José Carlos de Nardi na Secretaria Geral do Exército. O chefe de Comunicação Social, general de divisão Luís Cesário, também será substituído pelo general de brigada Augusto Heleno Ribeiro. (O Globo- Plantão- 02/08/02)

Defesa vai definir compra e leasing de caças

O Presidente Fernando Henrique Cardoso vai convocar este mês o Conselho de Defesa Nacional para aprovar a compra dos novos caças supersônicos da Força Aérea Brasileira (FAB), que vão substituir os Mirage IIIE\BR no 1.º

Esquadrão de Defesa Aérea, na base de Anápolis (GO). As primeiras unidades, de um lote de 12 a 24 jatos, só serão entregues em 2005, quando apenas 3 dos Mirage, comprados há 30 anos, estarão em condições de uso. Para cobrir a fase de transição, o Ministério da Defesa pretende comprar 16 caças americanos F-5E e F-5F, desmobilizados pela força aérea da Suíça. Segundo o ministro da Defesa, Geraldo Quintão, "não existe a menor possibilidade de o governo brasileiro desistir da concorrência e optar pelo aluguel de caças usados". A alternativa seria firmar um acordo de leasing com a agência estatal israelense IAI, para receber 12 aviões Kfir, pagando pelo uso US\$ 91 milhões. O brigadeiro Carlos de Almeida Baptista, comandante da Aeronáutica afirmou que a Força Aérea Brasileira (FAB) precisa ter alternativas operacionais para o período de lacuna quando os Mirage deixarem de voar, mas ressalta que a FAB prioriza a compra dos caças FX. O negócio com a Suíça é vantajoso porque a Força Aérea já tem parques de manutenção adequados ao F-5, pessoal técnico treinado e considerável estoque de peças e componentes. O custo de cada unidade seria de US\$ 800 mil. O pacote completo sairia por US\$ 12,8 milhões e, fechado de uma só vez, incluiria suprimentos de reposição. (O Estado de S.Paulo – Nacional - 01 e 02/08/02)

Sites de Referência:

Correio Braziliense: www.correioweb.com.br

Folha de São Paulo: www.folhaonline.com.br

Jornal do Brasil: www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo: www.estadao.com.br

O Globo: www.oglobo.com.br

Informe Brasil é uma produção do Grupo de Estudos da Defesa e Segurança (GEDES) do CELA (Centro de Estudos Latino-Americanos) da Universidade Estadual Paulista/Campus de Franca, redigido por Érica Cristina Winand, bolsista CNPq/Pibiq, Adele Godói, bolsista PAE/Unesp e coordenado por Luciene Capellari, bolsista CAPES. As notícias e seu conteúdo são de responsabilidade dos jornais e não correspondem necessariamente ao pensamento do grupo.